



PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA GESTÃO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES COM A REALIDADE DA REDE ESTADUAL DO AMAZONAS

STUDENT'S PARTICIPATION IN UPPER SECONDARY SCHOOL MANAGEMENT: APPROACHES TO THE REALITY OF THE SCHOOL SYSTEM IN THE STATE OF AMAZONAS

PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL EN LA GESTIÓN DE LA ESCUELA SECUNDARIA: ENFOQUES DE LA REALIDAD DE LA RED ESTATAL DE AMAZONAS

Nádia Maciel Falcão¹
Sara dos Santos da Silva²

Resumo: Discute a participação de estudantes do ensino médio na gestão escolar, apresentando resultados de pesquisa realizada em uma escola pública do Estado do Amazonas. Objetivou identificar ações institucionais que viabilizam a participação de estudantes do ensino médio nos processos de gestão, verificando em que medida o princípio da gestão democrática do ensino público vem se materializando nas escolas de ensino médio. A metodologia tem perspectiva qualitativa aplicando a técnica da análise documental, contemplando documentos escolares, tais como: Atas, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, Relatórios, e Manuais. Os resultados apontam poucas e frágeis formas de participação estudantil na gestão escolar do ensino médio. Há um esforço de demarcar a gestão democrática como princípio nos documentos escolares, mas faltam propostas que viabilizem a participação estudantil nas ações da gestão do ensino médio.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação estudantil. Ensino Médio.

Abstract: This study discusses upper secondary school student's participation in educational management by presenting the results of a research conducted at a public school in the state of Amazonas, Brazil. Its purpose was to identify institutional actions that enable upper secondary school students' participation in educational management processes, assessing to what extent the principle of democratic management in public education has been made possible in these institutions. In this qualitative research the document analysis of school documents such as: Minutes, Pedagogic Political Project, Internal Regulations, Reports, and Manuals was performed. The findings indicate few and frail forms of student participation in secondary school management.

¹ Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil.

² Secretaria Municipal de Educação. Manaus, Amazonas, Brasil.



An effort to mark democratic management as a principle in school documents exists, however there is a lack of propositions that enables student participation in secondary school management.

Keywords: Democratic Management. Student participation. Upper Secondary School

Resumen: Discuta la participación de estudiantes de secundaria en la gestión escolar, presentando los resultados de la investigación realizada en una escuela pública en el estado de Amazonas. Su objetivo era identificar acciones institucionales que permitan la participación de estudiantes de secundaria en los procesos de gestión, verificando hasta qué punto el principio de gestión democrática de la educación pública se ha materializado en las escuelas secundarias. La metodología tiene una perspectiva cualitativa que aplica la técnica de análisis de documentos, incluidos documentos escolares como: Actas, Proyecto político pedagógico, Reglas internas, Informes y Manuales. Los resultados muestran pocas y frágiles formas de participación estudiantil en la gestión de la escuela secundaria. Hay un esfuerzo por demarcar la gestión democrática como principio en los documentos escolares, pero no hay propuestas para garantizar una participación efectiva de los estudiantes en las acciones de gestión de la escuela secundaria.

Palabras clave: Gestión Democrática. Participación Estudiantil. Enseñanza Media.

1 INTRODUÇÃO

O artigo discute a temática da participação estudiantil na gestão escolar no âmbito do ensino médio, apoiando-se em resultados de pesquisa realizada em uma escola da rede estadual do Amazonas situada na capital Manaus. O objetivo foi identificar pressupostos e ações institucionais voltados à participação dos estudantes nos processos da gestão escolar.

Retomam-se aqui temas de bastante interesse do campo da educação: gestão democrática e a condição de sujeito do estudante. Considerou-se relevante averiguar até que ponto estes dois temas fundamentais à educação pública de qualidade socialmente referenciada, vêm se materializando em ações nas escolas de ensino médio e como podem se fortalecer mutuamente.

Da confluência entre as duas categorias (gestão democrática do ensino básico e condição de sujeito do estudante) originou-se o objeto de estudo que trata da participação estudiantil nos processos de gestão escolar. A participação estudiantil é aqui entendida como um princípio da gestão democrática e considerada tanto na dimensão operativa, representada pela presença dos estudantes nos espaços de decisão, quanto na dimensão política, a qual se concretiza quando este grupo participa da tomada de decisão e quando as ações de participação têm como horizonte o processo mais amplo de democratização da sociedade (SOUZA, 2019; SPOSITO, 2001).

O ensino médio é a etapa final da educação básica, destinando-se aos indivíduos com idade entre 15 e 17 anos e a todos aqueles que não concluíram esta etapa na idade projetada. Com isso,



o público do ensino médio constitui-se de adolescentes e jovens, que obviamente possuem uma experiência com o jogo escolar que não pode ser ignorada, além do acumulado de outros saberes conquistados em diferentes dimensões da vida social. Enquanto premissa pedagógica tende-se a esperar que as trajetórias deste público sejam consideradas e que os coloquem na posição de indivíduos com condições de participar das decisões sobre os rumos de sua formação escolar.

No contexto de uma gestão escolar democrática, vozes e projetos estudiantis devem ter lugar em diferentes canais institucionais de participação, podendo assumir a forma direta, como nas assembleias, reuniões ou encontros gerais; ou representativa, por meio dos órgãos colegiados. Os estudos sobre juventude apontam, porém, que o protagonismo juvenil ainda é algo a ser conquistado na condição de estudante que se lhes impõe (DAYRELL, 2007; DAYRELL; CARRANO, 2014).

Parte da alegada baixa participação dos estudantes explica-se pela falta de diálogo entre a escola e as culturas juvenis, refletindo-se na dificuldade que as instituições têm para reconhecer as formas de participação que se afastam dos moldes preestabelecidos em seus manuais e normas de funcionamento e, de outro lado, pela frequente recusa de grupos juvenis em enquadrar-se nos modelos tradicionais de participação.

A atuação do jovem em seu processo educacional escolar pode não condizer com o ser aluno idealizado pela instituição. Aos jovens, cabe a tentativa de se adaptar e conviver nesse turbilhão: mundo escolar, mundo juvenil, mundo real. [...] Fica claro que a noção de tempo da instituição escolar destoa do tempo da participação dos jovens. Há uma cisão posta. (MARTINS; DAYRELL, 2013, p. 1271).

Para averiguar em que medida a participação do estudante na gestão escolar tem ocorrido e sido estimulada nas escolas de ensino médio, a pesquisa levantou a experiência de uma escola da rede estadual do Amazonas, pautando-se nas seguintes questões norteadoras: 1) Quais as formas de participação estudantil na gestão escolar estabelecidas no projeto político pedagógico e normativas da instituição? 2) Quais as principais ações de participação dos estudantes na gestão escolar? 3) Qual o grau de articulação entre as formas de participação previstas e as práticas de participação registradas na instituição?

Muitas das políticas públicas voltadas ao segmento juvenil são pensadas e implementadas sem a participação destes sujeitos e nas escolas, lugar no qual as políticas públicas de educação se materializam, não é incomum averiguar a inexpressiva participação dos jovens estudantes.

É uma tendência da escola não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir



opiniões e interferir até mesmo nas questões que dizem respeito a ele, diretamente. E isso, sem dúvida, pode ser considerado como um desestímulo à participação e ao protagonismo. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 106).

Em pesquisa realizada em escolas públicas de Manaus, Pinheiro e Caldas (2009) concluem que a participação da comunidade nas ações da gestão escolar, incluídos aí os estudantes, ainda é tímida e restrita a momentos pontuais tais como as reuniões bimestrais e atividades culturais.

Buscou-se neste estudo verificar em que medida o discurso do protagonismo juvenil encontrou pontos de apoio objetivos para aterrissagem na escola, em especial na gestão escolar. Das experiências da realidade escolar estudada, podem ser extraídos elementos gerais para análise da situação e dos desafios da participação estudantil na gestão do ensino médio.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, procurando compreender a participação estudantil na gestão escolar enquanto produto da relação entre o que está instituído e os processos instituintes de gestão, trazendo, inclusive as contradições entre aquilo que está disposto nos documentos que oficializam a participação estudantil e as efetivas práticas de participação registradas pelas escolas de ensino médio. Segundo Minayo (1994) esse tipo de pesquisa permite a compreensão de singularidades que podem complementar as generalizações operadas pelos indicadores estatísticos.

O estudo dialoga com o conhecimento acadêmico já produzido na área da educação sobre o tema, e tem como foco as experiências de participação dos estudantes registradas por uma escola da rede estadual do Amazonas no período de 2013-2016. Para preservar a identidade da instituição, utilizar-se-á a denominação Escola Amazonas, para referir-se ao campo de pesquisa.

Na instituição selecionada foram levantados documentos que continham registros sobre a participação dos estudantes nas práticas de gestão: Atas de reuniões do Conselho Escolar, Projetos Políticos Pedagógicos, Atas de reuniões pedagógicas, Regimento Interno, Relatório de Representantes de turma, Manual de procedimentos e orientações aos pais e alunos, Atribuições do aluno representante.

Os documentos são considerados por Lüdke e André (1986, p.39) enquanto “fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador”. As autoras advertem ainda que é importante que a análise documental “não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente silenciados” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.48).



Nos documentos estudados, buscaram-se informações para caracterização da participação dos estudantes nas ações da gestão escolar, identificando ações nas quais os estudantes se envolvem, as formas de participação (direta ou representativa), dentre outros aspectos que ajudaram a compreender a dinâmica e o conteúdo da participação estudantil.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA, JUVENTUDE E ENSINO MÉDIO

A gestão democrática é objeto de luta dos setores progressistas da educação, tendo sido incorporada na Constituição Federal de 1988 como um princípio do ensino público (C.F./1988, Art. 206, VI), também reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/1996 (Art. 3º, VIII; Art. 14, I e II).

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005/2014, inclui a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” enquanto uma de suas diretrizes (Art. 2º, VI) e dedica a meta de número 19 ao tema: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar”. Na análise de Marques (2014) a redação da meta 19 é contraditória por reunir termos que remetem ao léxico da gestão democrática com elementos da perspectiva meritocrática.

Essa meta é acompanhada estratégias que tratam de diferentes questões consideradas fundamentais para efetivação da gestão democrática, das quais podem ser destacadas as estratégias de número 19.4, 19.5 e 19.6 como aquelas que tratam mais diretamente sobre a participação dos estudantes na gestão escolar. Estas estratégias abordam, respectivamente: o estímulo à criação e fortalecimento de grêmios estudantis e sua articulação com os conselhos escolares; o estímulo à constituição e fortalecimento de conselhos escolares, a formação de conselheiros e garantia de condições de funcionamento autônomo deste órgão colegiado; e o estímulo à participação de alunos (as) na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.

Além das conquistas alcançadas no campo legal, o resultado das lutas que se estabelecem tanto no campo das ações práticas quanto no campo da defesa de ideias, também se reflete na produção acadêmica sobre a gestão da educação, a qual tem sido objeto de inúmeras pesquisas da área da educação, como demonstra o Estado da Arte elaborado por Martins e Silva (2011).

Os autores trazem um levantamento de produções científicas sobre o tema da gestão, da autonomia e do funcionamento de órgãos colegiados em escolas da educação básica, entre os anos



de 2000 e 2008, chegando a 753 produções científicas, para as quais propõem o agrupamento nas seguintes categorias: 1) Espaços e canais de participação intraescolar; 2) Relações e práticas intraescolares; 3) Políticas, programas e projetos governamentais e não governamentais; 4) Teorias e Conceitos.

Martins e Silva (2011) destacam o baixo número de pesquisas sobre as instâncias de representação e participação institucionalizadas nas escolas bem como sobre seus impactos na gestão, constatando que do total de trabalhos “apenas 85 se detiveram na análise dos órgãos colegiados, canais legítimos de representação, participação e espaços de negociações que, pressupõe-se, deveriam constituir o principal mecanismo de gestão escolar participativa”. (MARTINS; SILVA, 2011, p. 14).

A construção da gestão democrática nas escolas públicas requer uma organização do trabalho que seja propícia ao fazer coletivo e a existência de instrumentos e mecanismos institucionais que garantam a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local nos processos de gestão e na tomada de decisão sobre as diferentes questões de interesse da escola.

O Projeto Político Pedagógico - PPP e os órgãos colegiados, em especial o Conselho Escolar, são importantes meios de concretização do princípio da gestão democrática, desde que efetivamente construídos e conduzidos segundo pressupostos desta concepção de gestão. Diz-se isto porque apesar de conceitualmente o PPP e o Conselho Escolar fazerem parte do arcabouço teórico da gestão democrática, a realidade observada em muitas escolas é a do desvirtuamento do sentido destes instrumentos, caracterizando-os como ferramentas meramente técnicas e afastadas do sentido político que as forja no âmbito da concepção de gestão democrática.

Na LDBEN/1996, a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local na elaboração do PPP e no Conselho Escolar está disposta enquanto princípio da gestão democrática. A Lei estabelece que aos sistemas de ensino cabe a definição das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, atendendo as peculiaridades e conforme os seguintes princípios: “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (LDBEN, Art. 14, I e II).

Conveniente destacar que a simples introdução de uma questão na legislação não guarda força suficiente para promover mudanças no cotidiano dos sistemas de ensino, principalmente em



realidades marcadas por um histórico de autoritarismo e personalismo como é o caso dos sistemas de ensino público brasileiros. Conforme explanam Pires e Mororó (2018),

A gestão pode se tornar mais democrática, não porque foi determinada por lei, e, sim, porque, na medida em que se instauram, na escola, formas mais participativas e coletivas de se pensar seus rumos e refletir sobre sua intencionalidade educativa e seus objetivos, cria-se, também, a possibilidade do aprendizado dos mecanismos democráticos de participação e tomada de decisões que se sustentam numa outra racionalidade da forma de gerir a escola e conduzir o trabalho pedagógico ali desenvolvido.

Nisto reforçar-se a importância de inventariar em que medida o princípio estabelecido desde a Constituição Federal de 1988, tem reverberado em novas estruturas e apresentado suportes a novas práticas de gestão.

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2013, p. 18).

Nesta perspectiva, o Projeto Político Pedagógico não visa ser um mero “rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido”. (VEIGA, 2013, p. 15). Por sua vez, o conselho escolar, lugar da participação representativa dos diferentes segmentos, é o sustentáculo do PPP, a instância máxima para sua aprovação (VEIGA, 2007).

A participação dos diferentes segmentos não deve figurar apenas como um valor, mas também apresentar uma base material para sua realização no campo prático. No caso dos estudantes Araújo (2009, p. 258) destaca os principais canais de participação.

Dentre os canais político-pedagógicos de participação que devem ser ampliados e assegurados aos alunos, destacam-se: grêmios estudantis; conselho escolar; conselho de classe aberto e participativo; contrato pedagógico de sala de aula; assembleia geral da escola; projeto político-pedagógico da instituição – respeitando suas especificidades - são espaços importantes de tomadas de decisão, de discussão e de deliberação sobre as questões que permeiam o cotidiano escolar.

Discutir a participação estudantil na etapa do ensino médio requer também pensar sobre a condição juvenil no Brasil. Os estudos na área da juventude defendem que o jovem seja tratado como um sujeito de direitos e a juventude como uma etapa da vida que tem um sentido em si



mesmo e não somente como fase de transição (ARROYO, 2014). Pesquisas demonstram que os jovens ressentem-se de espaços de escuta, mesmo em instituições referendados socialmente como lugares de jovens, tais como a escola.

No Brasil a formação de uma agenda pública em torno das questões juvenis ocorre no final dos anos 1980. As primeiras políticas públicas de juventude têm a marca do entendimento da juventude como problema social e da falta de diálogo com o público demandante das ações (SPOSITO; CARRANO, 2003). Com o passar dos anos, observa-se o desenvolvimento de certa sensibilidade para o entendimento dos jovens enquanto sujeito de direitos, e dentro desta nova perspectiva, maior abertura para o diálogo com os jovens no processo de formulação e avaliação das políticas (RIBEIRO; MACÊDO, 2018).

Esta tênue abertura da agenda pública para com a participação dos sujeitos jovens não chega a alterar radicalmente a configuração das políticas públicas de juventude, como também políticas públicas de natureza mais ampla que alcançam os jovens, tais como a política educacional, permanecem tendo como marca a falta de espaços e/ou estratégias de escuta e de participação tanto na formulação quanto nas metodologias de implantação e avaliação.

Na escola, isto se reflete em metodologias que oscilam da tutela excessiva à participação pontual dos estudantes. A primeira perspectiva restringe a ação do estudante às respostas instrumentais às regras e tarefas escolares. A segunda caracteriza-se por ações fragmentadas de envolvimento dos estudantes na organização ou desenvolvimento de ações, outras vezes, caracteriza-se pela abertura de espaços formais de participação, como os assentos em órgãos colegiados sem, contudo, favorecer processos de formação para esta participação.

A partir dos anos 1990 o crescimento acelerado da demanda de matrículas para o ensino médio, pressionou o poder público a ampliar a rede de escolas e, sobretudo os estados precisaram expandir suas redes tendo em vista a prioridade de oferta do ensino médio atribuída a estes entes federados pela LDBEN/1996. A esfera estadual responde hoje por 84,7% das matrículas nessa etapa de ensino (INEP, 2019).

Na equação quantidade versus qualidade versus diversidade cabe, ainda hoje, indagar quais as reais condições de funcionamento das escolas de ensino médio brasileiras? Especialmente considerando o contexto atual de congelamento de gastos com a educação pública, introduzidos pela Emenda Constitucional N° 95/2016. Na análise de Mariano (2019), esta medida representa a volta do Brasil ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre.



Para Dayrell e Carrano (2014) é imprescindível que a escola conheça os estudantes e considere as múltiplas dimensões que constituem suas situações juvenis. Conforme os autores, esta compreensão auxiliará na reorientação das formas de ver e lidar com os jovens estudantes tornando a escola de ensino médio um lugar mais agradável de estar.

Quando a escola busca compreender a diversidade de estilos, gostos, linguagens e os projetos juvenis, respeitando e buscando adequar as propostas pedagógicas e curriculares ao perfil do público atendido, ambos (estudantes e escola) saem ganhando, pois um ambiente que estimula a autonomia e prima pelo diálogo e pela liberdade, além de mais agradável gera um sentimento de pertencimento e estimula o zelo do estudante pela escola.

Muitos preconceitos que circulam na escola sobre os jovens repetem opiniões recorrentes de uma visão genérica desses indivíduos enquanto rebeldes, desinteressados, contrários a normas e obrigações, dentre outros. Tal forma de pensar ocasiona o risco de a escola não descobrir jovens com grandes potenciais, que poderiam contribuir no ambiente escolar e em sua própria comunidade.

Encontrando-se frente a indivíduos em uma fase da vida marcada pela necessidade de se autoafirmar, ao buscar novas experiências de vida e demonstrar para a sociedade que os cerca suas habilidades e potenciais, a escola de ensino médio se torna o espaço fundamental para levar estes jovens a se reconhecerem como sujeitos.

3 A SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA AMAZONAS

A pesquisa teve uma fase empírica realizada em uma escola estadual situada na Cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Esta Cidade, que concentra mais da metade da população do Estado, é eivada por contradições no que diz respeito à distribuição dos serviços públicos e infraestrutura urbana. A região em que se encontra a Escola Amazonas é uma das áreas privilegiadas do ponto de vista do aparato de infraestrutura que reúne, diferindo de muitas localidades por onde se distribuem as escolas públicas estaduais.

A Escola configura-se como uma unidade de pequeno porte quanto à estrutura física e ao número de estudantes (matrícula inicial de 550 estudantes em 2016) considerando os parâmetros da realidade da rede estadual de ensino do Amazonas. Oferta exclusivamente o ensino médio, em regime de tempo parcial, nos turnos matutino e vespertino.



O Regimento Geral da Escola reproduz, na íntegra o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, estabelecido pela Resolução N°122 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas – CEE/AM, de 30 de novembro de 2010. Dentre outros objetivos, o documento estabelece os seguintes itens que se articulam à perspectiva da gestão democrática:

Definir formas de gestão democrática para as Escolas da Rede Estadual de Ensino de acordo com as suas peculiaridades, pautadas nos seguintes princípios: a) participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola; b) participação das comunidades: escolar e local em Conselho Escolar equivalente. (AMAZONAS/SEDUC, 2010, Art. 6º, V)

No que tange às incumbências dos diferentes entes federados na oferta da educação escolar, a LDBEN/1996 estabelece que aos estados cabe, “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem [...]” (Art. 10, VI). No Amazonas observa-se uma atuação significativa da esfera estadual na oferta do ensino fundamental. Sendo assim, o Regimento Geral em análise apresenta dispositivos dirigidos a todas as unidades de ensino da rede estadual. Para manter o foco nos objetivos da pesquisa, a análise do documento centrou-se nos aspectos que se referem ao eixo gestão escolar e ensino médio.

Referendando a norma nacional, o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas estabelece a duração mínima de 3 anos e reforça as finalidades do ensino médio previstas para o Ensino Médio: consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e possibilitar prosseguimento de estudos; preparar para o trabalho e a cidadania, para continuar aprendendo, para adaptar-se com flexibilidade a condições de ocupação ou aperfeiçoamentos; aprimorar a formação ética e desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico e possibilitar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionamento a teoria com a prática. (AMAZONAS. SEDUC, 2010)

Entende-se que o devido cumprimento de tais finalidades requer um ambiente que estimule a participação e pautar-se nos valores da sociedade democrática, para que a escola cumpra seu papel na formação ética, além de aproximar os estudantes dos conhecimentos produzidos sobre as diferentes linguagens e tecnologias.

Ao abordar os métodos a serem adotados pelos professores na prática didático pedagógica, o Regimento revela uma concepção de estudante, que remete ao universo conceitual de uma escola que fomenta a participação democrática. Os métodos incluem diálogo, interpretação e crítica, liberdade de expressão, respeito à cultura e a prática social do aluno, estímulo e incentivo à prática



da cidadania, à participação, à liderança, ao crescimento pessoal e à promoção do aluno e sua corresponsabilidade na aquisição do saber e parceria com os pais, técnicos e demais membros que compõem o complexo escolar, dentre outros (AMAZONAS, 2010).

Quanto à Avaliação do Rendimento Escolar, o Regimento estabelece no art. 61, §6º, que o desenvolvimento do raciocínio, do senso crítico e da capacidade de relacionar conceitos e fatos, associar causa-efeito, analisar e tomar decisões, sejam critérios para julgamento dos resultados do processo ensino-aprendizagem.

Quanto ao envolvimento da comunidade escolar nos processos de gestão, o Regimento Geral dispõe sobre a importância dessa participação, quando determina a obrigatoriedade para as escolas de manter uma Associação de pais, mestres e comunitários, como requisito mínimo para funcionamento da mesma, e institui outros órgãos de apoio à escola (AMAZONAS, 2010, Art. 15, IX). Dentre aqueles que são definidos como órgãos de apoio no Regimento em análise, são importantes de destacar para os objetivos da pesquisa o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar.

Conforme dispõe o Regimento, “O Conselho Escolar é um órgão colegiado deliberativo, consultivo, fiscalizador e mobilizador” (AMAZONAS, 2010, Art.102, p. 32). É constituído pelos seguintes membros: Presidente (Gestor da Escola), Representante da Congregação dos Professores e Pedagogos, Representante da Associação de Pais mestres e Comunitários, Representante do Grêmio Estudantil e Representantes dos movimentos sociais organizados, conforme determina (AMAZONAS, 2010).

O Regimento estabelece ainda algumas finalidades que devem ser garantidas pelo Regimento Escolar Interno, dentre estas, destaca-se a finalidade de “assegurar o princípio da pluralidade e da participação democrática no plano deliberativo da Escola” (AMAZONAS, 2010, Art.102, III).

Dentre os direitos do corpo discente, o Regimento estabelece o direito de “voz e voto nas decisões administrativas da Instituição Escolar; acesso às dependências internas da Instituição Escolar, ressalvados aqueles locais considerados de segurança pelo gestor da escolar; participação em órgãos colegiados da escola” (AMAZONAS, 2010, Art. 250, II, IV, VIII).

A análise do Regimento demonstra que, apesar de algumas contradições e fragilidades presentes no conteúdo do referido documento, a Rede Estadual de Ensino tem reforçado a gestão democrática enquanto princípio do ensino público e também estabelece pressupostos da participação estudantil.



A base curricular, a prática didático-pedagógica dos docentes, as formas de avaliar os estudantes, a autonomia às escolas para elaborarem seus atos normativos internos, os direitos dos discentes e a instituição de órgãos de apoio à escola, são algumas das ações estabelecidas no Regimento Geral das Escolas da Rede Estadual, nas quais estão previstas a participação da comunidade escolar.

O documento referenda a gestão democrática mantendo, no entanto, alguns entraves a sua implantação nas escolas públicas, tais como: a indicação como forma de provimento do cargo de gestor escolar e a delegação da gestão escolar aos Órgãos Funcionais das escolas (diretoria, secretaria, área pedagógica e área administrativa), os quais não vinculam o conselho escolar, nem a representação de estudantes e de outros segmentos.

No aspecto do provimento do cargo de gestor, o Estado demonstra sintonia com a tendência nacional apurada por Souza (2019, 286), o qual atesta que “a vitória parcial é da não utilização de modelos mais democráticos como as eleições e enfatizando-se a face técnica ou a vinculação política (e eleitoral) do dirigente escolar com o governo vigente”.

Na sequência do desenvolvimento da pesquisa analisaram-se os seguintes documentos escolares: Projeto Político-Pedagógico (2015), Relatórios de Representantes de Turma, Atribuições do Aluno Representante de Turma, Livro de Atas de Eleições do Conselho Escolar 2009 a 2018, Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas de 2014 a 2015 e outros documentos que se encontravam como anexos do PPP.

No PPP os elementos que indicam a participação estudantil estão afirmados de modo genérico sem a explicitação do modo como os estudantes participaram do processo de elaboração ou como deverão se engajar nas ações de implementação e avaliação do Projeto. Nos elementos introdutórios do PPP, a ficha de elaboração atesta que a representação estudantil esteve presente no processo de construção do Projeto, juntamente com representantes de outros segmentos da comunidade escolar e local. Nos objetivos específicos e na justificativa afirma-se também o compromisso com a gestão democrática e a participação de todos os membros da comunidade escolar e é amparado ainda em um trecho da justificativa (AMAZONAS, 2015).

A Escola Amazonas apresenta em anexo ao PPP, o projeto intitulado Professor Padrão, cujo objetivo é premiar o professor com melhor postura diária na escola, tendo como critérios de avaliação a assiduidade, pontualidade e cumprimento de prazos. O acompanhamento e avaliação são realizados pela equipe gestora, mas acredita-se que seria interessante possibilitar a participação dos estudantes neste projeto.



De uma maneira geral, não conceber a contribuição do estudante no processo de avaliação de docentes ou mesmo da instituição como um todo é uma ação que reflete certa descrença sobre a capacidade de participação dos jovens. É incrível que mesmo para uma instituição de ensino, parece mais fácil alijá-los da participação que prepará-los para tal. Nardi (2015), destaca a importância do aprender a participar e destaca a condição de processo da participação, enquanto “caminho que se faz ao caminhar” (NARDI, 2015, p. 658).

O PPP da escola apresenta um Calendário de Atividades referente ao ano de 2015. Neste documento, observa-se que a participação dos estudantes se efetiva em dois tipos de atividade: festividades e a entrega dos relatórios mensais de representantes de turma. Nas datas comemorativas e eventos como o aniversário da escola, dia do estudante, dia do professor e feira de ciências as formas de participação dos estudantes não se dão na parte organizacional, mas nas apresentações culturais de danças, teatro, músicas e etc.

Foram analisados também os Planos de Gestão de 2014 e 2015. O Plano de Gestão 2014 apresenta 11 metas e para cada meta são apresentados desafios da ação, o objetivo, as estratégias a alcançar, responsável pela execução, o prazo para a conclusão e o status (se foi alcançado ou está em andamento). Para este trabalho destacam-se para análise os desafios e responsáveis presentes no Plano de Gestão 2014.

O segmento estudantil não tem participação prevista em nenhum dos desafios do plano de gestão. sequer está prevista a atuação do Conselho Escolar ou outro órgão colegiado que pudesse contar com a representação dos diferentes segmentos. Este dado transparece uma fragilidade no entendimento do apoio que o Conselho Escolar poderia e deveria prestar à gestão escolar.

Ao excluir os estudantes da responsabilidade por essas metas, a escola perde a oportunidade de propiciar a participação de um segmento fundamental para o alinhamento entre práticas pedagógicas e as necessidades da escola. Os estudantes poderiam, por exemplo, apresentar as principais dificuldades encontradas na preparação para os processos seletivos ou sugestões para a escola viabilizar maior participação de pais e responsáveis. Um Conselho Escolar que efetivamente cumprisse seu papel poderia ser espaço da manifestação dos estudantes sobre esses diferentes aspectos que compõem a realidade escolar.

O plano de Gestão de 2015 também é omissivo quanto à participação do Conselho Escolar na efetivação das metas estabelecidas. Na versão de 2015, o Plano de Gestão passa a contemplar o envolvimento da APMC dentre os responsáveis, sob a representação de sua presidência.



Pode-se identificar que o diálogo com o corpo discente da escola, auxiliaria na mediação e resolução de alguns problemas enfrentados pela instituição. Pode-se pensar, por exemplo, na contribuição dos jovens no tratamento da problemática do abandono escolar, que é um dos desafios listados no Plano de Gestão 2015. Nas relações, convivência e experiências que os jovens compartilham entre si no ambiente escolar os coloca em condições de compreender os motivos pelos quais seus colegas de turma abandonam a escola a partir de uma perspectiva que não está acessível aos professores e outros profissionais.

A escolha de representantes de turma é uma prática consolidada na escola. Mensalmente os representantes de turma entregam Relatórios para a avaliação da equipe gestora. O Relatório é apresentado em um formulário padrão, disponibilizado pela Escola. Trata-se de um questionário com perguntas que dizem respeito à disciplina, relação professor-aluno, relações interpessoais, espaço físico, materiais e equipamentos etc. As atribuições e o perfil dos representantes de turma também estão previstas no Formulário.

Nota-se que a Escola Amazonas, organiza uma estrutura de trabalho com a colaboração dos Representantes de Turma, a qual demonstra fortalecer a relação e o diálogo entre a gestora escolar e o corpo discente. Acredita-se que através dos Relatórios Mensais entregues pelos representantes de turma, se faça possível o acompanhamento do que acontece no interior das salas de aula, na relação entre professores e estudantes e outras ocorrências.

Por meio do trabalho realizado com os representantes de turma a escola também contribui com a formação dos estudantes envolvidos neste trabalho, pois favorece a aquisição de responsabilidades em um trabalho que envolve o bem comum, o qual gera aprendizagens significativas para a vida em sociedade e um sentimento de pertencimento destes estudantes para com a escola.

Sobre a atuação do Conselho Escolar apurou-se uma escassez de registros. Conforme o Livro de Atas das Eleições – Conselho Escolar - 2009 a 2018, o Conselho foi implantado no ano de 2009, tendo passado por três formações até 2014. Nota-se a partir do ano de 2009 o comprometimento da escola com a implementação e a permanência deste órgão na instituição, assim como a notável participação da comunidade escolar nos processos de eleição dos representantes do Conselho.

Há alguns registros de reuniões do Conselho Escolar, porém, além de serem poucas as vezes em que o Conselho se reuniu, percebeu-se que os representantes do segmento estudantil no Conselho não compareceram a estas reuniões.



A escola mantém uma prática de realização de reuniões pedagógicas sendo muitas delas destinadas a assuntos estudantis. Os registros das reuniões demonstram existir diálogo entre a gestão da instituição e seus estudantes, na maioria das ocasiões os mesmos são representados pelos Representantes de Turma. Nestas reuniões trata-se de diferentes assuntos tais como: solicitar a ajuda dos alunos para a organização de eventos festivos na escola; apresentar aos estudantes os processos da gestão participativa, dentre outros assuntos.

Os dados obtidos na Escola Amazonas, revelam um cuidado da instituição em repassar informações do funcionamento da mesma para os estudantes, e a forte presença dos representantes de turma nas reuniões da escola. Nota-se que a Escola possui projetos e atividades nos quais poderia propiciar protagonismo dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reforça a pertinência dos estudos relacionados à gestão escolar, no recorte da participação estudantil, tendo em vista que a realidade das instituições de ensino brasileiras revela muitos desafios quando se trata da materialização do princípio da gestão democrática do ensino público. A criação e o fortalecimento de espaços institucionais, embora não seja a única possibilidade de fomentar a participação do estudante nas tomadas de decisão, prova-se como um destes importantes desafios.

A análise dos dados referentes à Escola Amazonas aponta que são poucas e frágeis as formas de participação estudantil na gestão escolar previstas no projeto político-pedagógico. Observa-se ainda, que algumas ações nas quais ocorre a participação estudantil não são previstas ou destacadas no PPP.

Tanto o Regimento Geral seguido pela Escola, quanto o seu Projeto Político-Pedagógico reforçam o princípio da gestão democrática do ensino público, destacando a importância da participação dos estudantes em órgãos colegiados e de uma formação crítica e cidadã, articulada com os princípios que regem uma sociedade democrática.

Apesar destes destaques à importância da gestão democrática os documentos e as práticas vivenciadas na escola carecem de propostas melhor definidas, nas quais se vislumbrem meios para o alcance do caro princípio constitucional da gestão democrática do ensino público. Como um desdobramento necessário para atingir esta finalidade, a escola deveria insistir e investir em meios de fortalecimento da participação dos estudantes nas reuniões e ações dos órgãos colegiados e



também no processo de discussão e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, além de incentivar sua organização no Grêmio Estudantil.

Os registros disponibilizados pela Escola revelam uma incipiente participação estudantil na elaboração do Projeto Político-Pedagógico e uma potente relação com os estudantes nas atividades culturais, na representação de turma e no diálogo sobre diferentes temas de interesse da Escola. Estes resultados indicam certo descompasso entre a participação prevista no PPP e no Regimento Escolar e as práticas de participação estudantil registradas nas escolas. Porém observa-se também que as potências observadas podem ser exploradas no intuito de levar a outro patamar a participação estudantil na Escola Amazonas.

São múltiplas as realidades das instituições da rede pública de ensino no Estado do Amazonas, com isso, realizar um levantamento em mais instituições de ensino quanto à existência e funcionamento de órgãos colegiados que promovem a participação estudantil, seria uma boa forma de continuidade desta pesquisa, assim como, ouvir os estudantes de ensino médio discutindo, a partir disto, possíveis caminhos para participação estudantil na gestão escolar.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas**. Manaus: CEE, 2010.

AMAZONAS. **Projeto Político-Pedagógico**. Manaus: SEDUC-AM, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Repensar o Ensino Médio: por que? In: DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo, Carrano; MAIA, Carla Linhares (orgs). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. p. 53-73.

ARAÚJO, Adilson César de. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral>. Acesso em 10 de abr. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 08 abr. 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 08 de abr. 2015.



BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**, Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 16 dez. 2015.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 20 dez 2019.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL; CARRANO; MAIA (orgs). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. p. 101-134.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018**, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 66 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. – **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista Investigações Constitucionais**. Curitiba, vol.4 n.1, p. 259-281, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392017000100259&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 dez. 2019.

MARQUES, Luciana Rosa. Gestão democrática da educação: os projetos em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 463-471, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/453/584>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MARTINS, Ângela Maria; SILVA, Vandrê Gomes. Estado da arte: gestão, autonomia da escola e órgãos colegiados (2000/2008). **Cadernos de Pesquisa**. v. 41, n. 142, p. 228-245. jan/abr, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200017. Acesso em: 25 jan. 2017.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013. ISSN 2175-6236. DOI 10.1590/S2175-62362013000400014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NARDI, Elton Luiz. Itinerários da participação na gestão de escolas públicas de educação básica. **RBPAAE** - v. 31, n. 3, p. 649 - 666 set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/59089>. Acesso em: 01 set. 2019.



PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto; CALDAS, Edla Cristina Rodrigues. Políticas Públicas e Gestão Escolar: a Participação da Comunidade em Escolas do Ensino Fundamental – Zona Leste de Manaus. In: **XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**, 2009, Vitória. Cadernos ANPAE, 2009.

PIRES, Ennia Débora Passos Braga; MORORÓ, Leila Pio. O papel do projeto pedagógico escolar na política educacional: entre o legal e o instituível. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 01, Edição Especial, p. 335-350, dezembro, 2018. ISSN 2358-1425 DOI 10.20952/revtee.v11i01.9535 Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9535>. Acesso em: 05 jan 2020.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Rev. Cien. Soc.** vol.31 n.42, p. 107-126. Montevideo, jun. 2018. ISSN 1688-4981. DOI 10.26489/rvs.v31i42.5 Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100107&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 dez 2019.

SOUZA, Angêlo Ricardo de. As condições de democratização da escola pública brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 271-290, abr./jun. 2019. ISSN 0104-4036. DOI 10.1590/s0104-40362018002601470. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40362019000200271&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 28 ago. 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. Educação, Gestão Democrática e Participação Popular. In: BASTOS, João Baptista (org). **Gestão Democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, N 24, Set /Out /Nov /Dez 2003. p. 16-39. ISSN 1809-449X DOI 10.1590/S1413-24782003000300003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 jan. 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 29 ed. Campinas/SP: Papirus, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Conselho Escolar e Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas/SP: Papirus, 2007.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Nádia Maciel Falcão

Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora da Universidade Federal do Amazonas/Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, culturas e desafios amazônicos. E-mail: nadialfalcao@ufam.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3196-0341>



Sara dos Santos da Silva

Graduação em Pedagogia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Professora da Secretaria Municipal de Educação de Manaus; Grupo de Pesquisa Educação, culturas e desafios amazônicos. E-mail: sarinha1993-2012@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6841-6430>

Recebido em: 20-09-2019

Aprovado em: 10-01-2020

Publicado em: 29-02-2020

